

Credores recebem bem proposta de negociação

Mas Brasil encontra relutância quanto ao pedido de US\$ 10,4 bilhões para refinanciar juros

REUTERS

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Washington — Os bancos credores que receberam ontem, por telex, o comunicado do seu Comitê de Assessoramento com a proposta brasileira de renegociação da dívida externa, demonstraram uma reação cautelosa, mas bem mais favorável do que no início do mês, quando o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, apresentou a idéia de “solução alternativa” que passava pela aquisição compulsória de bônus com descontos, de acordo com fontes da área financeira presentes à reunião do FMI/Banco Mundial.

Sobre a decisão de formar grupos de trabalho para detalhar a proposta, marcando uma nova reunião para a próxima sexta-feira, o ministro da Fazenda admitiu que “eles estão preocupados e com dinheiro, naturalmente, pois querem dar menos” do que os 10,4 bilhões de dólares de refinanciamento dos juros de três anos que foram pedidos pelos negociadores brasileiros. Este é o significado da insistência dos credores em “dividir os encargos” com bancos oficiais e organismos multilaterais.

Bresser considerou “normal” esta reação, acrescentando que os informes recebidos até ontem à tarde indicam que há disposição da parte dos credores em negociar, o que significa que poderá haver “avanços”, embora uma conclusão deva demorar ainda “bastante tempo”. O ministro teve encontros reservados com banqueiros após participar da reunião do Grupo dos 24 países em desenvolvimento, além de um almoço com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable.

Ao reafirmar o interesse final do Brasil em obter uma solução adequada à sua capacidade de pagamento para assim reintegrar-se ao sistema financeiro internacional, o ministro lembrou que a demora é parte do processo de renegociação. “Se nós aceitarmos rapidamente o que eles querem vamos obter apenas uma aparente reintegração que, na realidade, representa um afastamento cada vez maior”. Disse que foi isso que ocorreu desde a crise de 1982, com o Brasil “aceitando, aceitando e a dívida crescendo”.

O principal negociador brasileiro, Fernão Bracher, disse que a insistência dos bancos credores em discutir a “divisão dos encargos”, como foi colocado na reunião de sexta-feira, está relacionado com o interesse que eles têm em diminuir o valor dos recursos envolvidos com o refinanciamento dos juros ao longo de três anos, conforme a proposta apresentada. Anteriormente se falava em pedir um refinanciamento de 7,2 bilhões de dólares, referentes aos juros da moratória até dezembro e à metade dos juros de 1988, mas o Brasil incluiu também a estimativa para 1989.

Os banqueiros querem agora que a renegociação seja ampliada para englobar os bancos oficiais dos países credores, que formam o Clube de Paris, bem como organismos bilaterais como o Banco Mundial. Como o Brasil está com atrasos diante destes bancos ligados a governo, e suspendeu os juros com a moratória, nenhum recurso destas instituições está entrando no País. Os bancos priva-

dos querem normalizar esta situação porque, assim, esperam receber algum pagamento de juro com aquele dinheiro.

O mesmo raciocínio se aplica ao Banco Mundial e até ao FMI: recebendo mais empréstimos do Bird, ou fazendo um acordo com o Fundo que implicasse em novos créditos ampliados, o Brasil teria dólares para saldar parte dos juros aos bancos privados, que seriam chamados a refinarciar uma parcela inferior aos 10,4 bilhões de dólares em três anos. Bracher comentou que ao Brasil também interessa normalizar as relações com o Clube de Paris, obviamente.

Quanto ao FMI, os negociadores reafirmam a posição mantida por Bresser: como o Brasil não está pedindo aos bancos privados “dinheiro novo”, representado por novos empréstimos em moeda, mas apenas o refinanciamento de juros, não se pode colocar como pré-condição a formalização de um acordo com o Fundo. O Governo brasileiro tem deixado em aberto, entretanto, a possibilidade de vir a fazer este acordo após o acerto com os bancos credores.

Com relação à segunda parte da proposta, com o “enfoque alternativo” pelo qual o Brasil propõe uma “solução de longo prazo”, baseada na conversão parcial da dívida em bônus ou certificados de depósito, o abrandamento das condições obteve o efeito esperado junto aos banqueiros. Segundo Bracher, os bancos já não apresentaram a reação anterior diante do que consideravam uma posição “agressiva” do País ao tentar obrigá-los a comprar os títulos com descontos. Ao acabar com a obrigatoriedade e com os descontos, abrindo a discussão dos prazos e das taxas de remuneração, os negociadores conseguiram dos bancos o compromisso de estudar a proposta.

Já o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que tem sido considerado pelos bancos como o “segundo negociador”, preferiu reagir às colocações de William Rhodes, presidente do Comitê de Assessoramento, dizendo que a proposta brasileira não é tão ampla nem tão genérica como os credores declararam aos jornalistas após a reunião. “Isso é um exagero”, disse Milliet.

Nenhum dos negociadores brasileiros admite fazer um acordo provisório com os credores, como vinha pretendendo o governo norte-americano. Este acerto provisório se destinaria, principalmente, a permitir a retomada imediata de algum pagamento simbólico dos juros, de forma que no final de outubro a comissão governamental encarregada de julgar as contas bancárias não baixasse os empréstimos ao Brasil para a categoria de “créditos prejudicados”, provocando a suspensão dos financiamentos de comércio exterior e a retirada dos depósitos interbancários em bancos brasileiros no exterior.

Bracher acredita que o simples fato de ter havido uma retomada das negociações entre credores e devedor será suficiente para a comissão reguladora não precipitar a desclassificação dos créditos brasileiros. “Se a decisão (da desclassificação) fosse automática, não haveria necessidade de uma comissão” — observou o ex-presidente do Banco Central.